

"Nos últimos 30 anos, os subsídios destinados à habitação foram apropriados pela classe média."

Ermínia Maricato, coordenadora do grupo da equipe de transição que analisou o desenvolvimento urbano, ontem, sobre conclusões do relatório a ser apresentado hoje ao presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva.

A alvorada da fome zero



MARCELO
CÔRTEZ
NERI

A alvorada do governo Lula da Silva trouxe algumas surpresas. Talvez a maior delas tenha sido que a surpresa não se originou na área macroeconômica, mas na área social. Lula parece não querer tornar o Brasil diferente dos países desenvolvidos no campo econômico, pelo contrário, suas ações visam tornar o país mais parecido, combatendo a nossa principal diferença que é a desigualdade. O projeto Fome Zero é a prioridade de Lula, como o Plano Real foi nos idos da era FHC. Lula busca dar um choque na miséria, comparável ao dado pelo Plano Real na inflação na alvorada do governo Fernando Henrique.

A adoção de políticas de renda pode acelerar o processo, o que é mais crucial no caso da desigualdade do que no da inflação. O processo de redistribuição de riqueza opera de forma lenta. Por exemplo, o investimento em educação, principal determinante observável das disparidades de renda, demora décadas para maturar. O papel acelerador das transferências de renda deve ser combinado com o uso de incentivos à acumulação de capital pelos pobres, para que a direção dos novos flu-

xos renda seja consistente com a situação desejada para os estoques no longo prazo. O bolsa-escola procura fazer justamente isso em relação ao capital humano.

Podemos agrupar as propostas de políticas de renda embutidas no projeto Fome Zero em três vertentes: a) distribuição de tíquetes-alimentação; b) renda universal de Suplicy; c) o bolsa-escola aplicado em Brasília por Cristóvão Buarque e hoje difundido pelo país no âmbito do Projeto Alvorada. Essas propostas podem ser contrastadas por critérios variados como público-alvo, condicionalidades impostas, modalidades dos benefícios, entre outros.

Segundo os livros-texto de economia, transferências de renda são melhores que transferências em espécie, pela liberdade do indivíduo para escolher que necessidades satisfazer, incluindo a de prover recursos para o futuro. Nesse sentido, renda universal e bolsa-escola seriam superiores a tíquetes-alimentação. As principais diferenças entre renda universal e bolsa-escola estão no foco e nos condicionantes dos programas. Suplicy persegue, com admirável perseverança, a universalidade incondicional, conferindo renda a todos brasileiros. Uma das vantagens da universalização é eliminar efeitos colaterais do programa sobre a disposição ao trabalho e à informalidade, tornando-o menos distorcivo e simples, porém mais caro. Já o bolsa-escola foca as transferências em famílias com crianças e adolescentes condicionados à frequência escolar.

Os bons resultados sociais não são baixados por decreto, mas são construídos em conjunto pelos diversos atores sociais atuando a partir de interesses próprios. Cabe ao Estado atuar no tecido social como provedor de motivações corretas, para que ações proveitosas sejam tomadas individualmente, como faz o programa bolsa-escola. Diversas falhas de mercado justificam a correção de incentivos imposta pelo bolsa-escola, como a existência de restrições ao crédito, retornos crescentes e de externalidades na educação. Essas imperfeições inibem o pobre de investir no futuro, seu e da sociedade, uma vez que a luta pela sobrevivência imediata goza de natural prioridade.

Procurei deixar clara minha opinião de distribuir bolsas condicionadas — mesmo para aqueles em idade ativa —, em vez de cestas básicas ou cupons incondicionais. Acho que a liberdade de escolha do pobre no consumo deve ser preservada. Se a idéia é fomentar a produção agrícola, que se façam políticas de oferta de apoio aos produtores e não uma reserva de mercado que cerceia o consumo do pobre. Ninguém sabe responder melhor do que o próprio à pergunta: você tem fome de quê? A resposta pode ser comida, mas também pode ser remédio ou material escolar. Se me perguntassem se eu gostaria de trocar os meus tíquetes-alimentação por dinheiro — sem deságio — eu aceitaria na hora. Acho que todos deveriam se fazer essa pergunta. O miserável, mais do que

outros, precisa poder — me perdoem o uso da palavra — otimizar o uso de seus poucos recursos disponíveis.

Finalmente, eu gostaria de responder à demanda de Regis Alimandro da FGV, e emitir opinião sobre qual seria a melhor rede de distribuição para o combate à fome. Uma crítica que se tem feito à generalização, ora em curso, do bolsa-escola no âmbito do projeto Alvorada é o baixo valor unitário percebido: R\$ 15 por criança, sujeito ao teto de R\$ 45 por família. Eu concordo com a crítica, de fato o valor é baixo. Entretanto, em termos de formação

O baixo valor das bolsas do Alvorada minora os riscos de que falsos pobres abocanhem recursos do programa. É um cadastro valioso

de um cadastro de beneficiários do programa, um baixo valor é tudo o que se precisa para minorar os riscos de que falsos pobres abocanhem recursos do programa. Uma vez consolidado o cadastro, o foco dos recursos envolvidos no aumento do valor do benefício seria mais certo.

O cadastros dos diversos programas do Alvorada que agora estão sendo consolidados através do Cadastro Social Único, são a melhor listagem operacional de miseráveis hoje disponível no país. Um dado revelador da seriedade dos critérios técnicos

aplicados no Alvorada é que um dos três estados do Brasil não contemplados pelo Alvorada é o Rio de Janeiro, terra de Wanda Engel, responsável pelo programa. Por que o Rio foi excluído do Alvorada? Resposta: porque nenhum município se encontra no critério de elegibilidade proposto que corresponde a municípios com índice de desenvolvimento humano (IDH) abaixo de 0,5 e ponto.

Na verdade, o maior legado do governo Fernando Henrique ao combate à fome no Brasil foi gerar a rede de distribuição de recursos do Alvorada. A rede está operando, um pouco tardiamente, mas está lá. É uma rede de beneficiários pobres situados nos municípios mais pobres do país. A rede chega a eles através dos cartões magnéticos emitidos pela Caixa Econômica Federal, instituição, juntamente com o Banco do Brasil, com a maior capilaridade nos grotões de miséria brasileiros.

No topo da minha lista de prioridades de ações sociais, a principal seria preservar a rede de distribuição do Alvorada, não apenas porque o custo de instalação já foi incorrido mas por encarnar reais possibilidades para chegarmos ao fim da fome brasileira. Temos um longo dia pela frente, mas já passamos da alvorada da fome zero.

Marcelo Côrtes Neri, Ph.D. em economia por Princeton, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, escreve quinzenalmente às terças-feiras.
E-mail: mcneri@fgv.br